



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MANHÃ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA - SEM ESPECIALIDADE

PROVA OBJETIVA – NÍVEL MÉDIO

TIPO 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 70 questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, **sem levar o caderno de provas**
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala e providências
- O preenchimento da folha de respostas é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Observe o texto narrativo a seguir.

“A rua e a casa vivem ainda, eu sei, mas que importa, se a magia que as envolvia desapareceu, se o segredo – luz, odores, harmonia de árvores e pássaros, murmúrio de vozes humanas apagadas pela morte – abria um mundo novo de que eu deixei de ser digno?”

Pelas marcas presentes no texto, a narrativa deve ser incluída entre:

- (A) as narrativas fantásticas;
- (B) os relatos históricos;
- (C) as narrativas de aventuras;
- (D) as histórias realistas;
- (E) os relatos autobiográficos.

2

Observe o parágrafo de um texto a seguir.

“A tecnologia já não é uma garantia de progresso projetado para o futuro. Comporta perigos que nada têm de banais. O primeiro exemplo se deu com o gás mostarda na Primeira Guerra Mundial. Os medos se confirmaram com a bomba atômica que pôs um trágico fim à Segunda Guerra Mundial e continuaram com a inteligência artificial.”

Esse parágrafo pode ser caracterizado como:

- (A) parágrafo de enumeração;
- (B) parágrafo expositivo;
- (C) parágrafo descritivo;
- (D) parágrafo contra-argumentativo;
- (E) parágrafo conclusivo.

3

A substantivação é um processo sintático de transformar outras classes de palavras em substantivos.

A frase em que isso NÃO ocorre é:

- (A) “O silêncio não era completo; ouvia-se o rodar de carros que passavam fora.” (*A Mão e a Luva*)
- (B) “O proceder de Luís Alves, sóbrio, direto, sem desfalecimentos, fazia perceber à moça que ele nascera para vencer.” (*A Mão e a Luva*)
- (C) “Estácio gostava de lhe ver o airoso do busto e a firme serenidade com que ela conduzia o animal.” (*Helena*)
- (D) “Apertei-lhes a mão e saí, a rir comigo da superstição das duas mulheres, um rir filosófico, desinteressado, superior.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- (E) “Raimundo parecia feito expressamente para servir Luís Garcia.” (*Iaiá Garcia*)

4

Observe a tese argumentativa a seguir.

“A legalização das drogas suporia a eliminação da estrutura de marginalidade, do mercado negro, de máfias e da delinquência, que atualmente se ampliaram ao redor do mundo.”

Um contra-argumento válido para essa tese é:

- (A) nesse caso, o número de viciados poderia ser tratado em hospitais públicos;
- (B) haveria, assim, maior lucratividade por parte dos traficantes;
- (C) desse modo, as drogas poderiam ser encaradas com todo o seu poder maléfico;
- (D) a legalização das drogas aumentaria o número de consumidores;
- (E) assim, a polícia teria um trabalho mais proveitoso.

5

Todas as frases abaixo contêm pronomes relativos.

A alternativa em que o emprego desse tipo de pronome está correto é:

- (A) O policial mais alto, quem tinha o uniforme mais escuro, aproximou-se da janela do carro.
- (B) Esse escritor, alguns dos livros do qual suscitaram uma grande polêmica, anunciou que vai parar de escrever.
- (C) Dado o pouco tempo do que se dispunha, só se falou daqueles temas de que se havia tratado antes.
- (D) Foi o clube quem decidiu rescindir o contrato do jogador.
- (E) O artista a quem se entregou o prêmio ficou bastante emocionado.

6

Observe o texto jornalístico a seguir.

“Os problemas de saúde que provoca o fumo não só afetam os fumantes como também os não fumantes, que de forma involuntária inalam a fumaça dos cigarros. A bronquite e o câncer, principalmente na garganta e nos pulmões, são as doenças que mais frequentemente estão associadas ao fumo. Além disso, o tabaco provoca mau cheiro nas casas e é muito caro.”

A alternativa que traz uma observação correta sobre a significação ou a estruturação do texto jornalístico é a seguinte:

- (A) o último período do texto é impertinente dentro do contexto criado pelos dados anteriores;
- (B) o texto mostra um léxico impreciso e pouco elaborado;
- (C) os períodos do texto mostram anteposições, que obrigam o emprego de vírgulas;
- (D) os períodos do texto são demasiadamente extensos, prejudicando a clareza;
- (E) o excesso de informações em uma pequena extensão textual traz problemas de entendimento para o texto.

7

Todas as frases abaixo mostram partes mais importantes, que estão sublinhadas. Essas partes foram reescritas de modo a serem valorizadas.

A frase em que essa reescrita foi feita de forma adequada à finalidade de destaque é:

- (A) O IPVA deve ser pago anualmente em uma ou quatro parcelas, sempre dentro do prazo estipulado. / O IPVA deve ser pago anualmente, sempre dentro do prazo estipulado, em uma ou quatro parcelas.
- (B) Os machos dos gorilas competem entre si pelo território e pelas fêmeas que nele vivem, e essa competição faz com que sejam muito mais corpulentos que as fêmeas. / Os machos dos gorilas competem entre si pelo território e pelas fêmeas que nele vivem e, por isso, os gorilas machos são mais corpulentos que as fêmeas.
- (C) O conjunto de conhecimentos úteis que um indivíduo acumula ao longo da vida não tem por que perder-se. Pode ser transmitido entre gerações por meio da aprendizagem. / O conjunto de conhecimentos úteis que um indivíduo acumula ao longo da vida não tem por que perder-se. Pode ser transmitido entre gerações especialmente por meio da aprendizagem.
- (D) O vazamento contínuo de água, se não é percebido, causa um enorme prejuízo ao final do mês, na conta. / O vazamento contínuo de água causa um enorme prejuízo ao final do mês, na conta, se não é percebido.
- (E) As formigas-cortadeiras causam um enorme prejuízo às lavouras porque destroem as folhas novas e, por isso, devem ser combatidas. / As formigas-cortadeiras devem ser combatidas porque causam um enorme prejuízo às lavouras porque destroem as folhas novas.

8

O tema de um texto não está necessariamente relacionado com a sua finalidade. Observe com atenção o fragmento textual abaixo, cujo tema é astrologia.

“A mulher-libra deverá apelar para suas consideráveis reservas de simpatia para tolerar os acessos de melancolia e os longos silêncios do homem-escorpião. Ele não a abandonou: se limita a afastar-se da costa um pouco mais que de costume, nadando por águas mais profundas de meditação sobre os mistérios da vida e não necessita de ninguém que nade junto a ele. Prefere empreender sozinho essas incursões noturnas. Às perguntas ‘Em que você está pensando?’, ‘Por que está tão calado?’, ele as responderá com um olhar frio e mais silêncio. Mesmo os escorpiões mais falantes terão momentos de introspecção.”

O texto acima tem a finalidade de:

- (A) valorizar a astrologia no contato social;
- (B) ironizar os dados astrológicos nas relações amorosas;
- (C) informar aos de libra e aos de escorpião sobre o contato;
- (D) demonstrar a infalibilidade da astrologia;
- (E) mostrar as diferenças entre os signos.

9

Leia o texto abaixo, retirado do romance *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez.

“Ao fim de três dias de lágrimas, em uma tarde em que ela preparava uma sobremesa na cozinha, ela escutou nitidamente a voz de seu filho perto de sua orelha. ‘Era Aureliano’, gritou ela, correndo até o castanheiro, para dar a notícia a seu marido.”

Em relação aos procedimentos narrativos do texto, é correto afirmar que:

- (A) nesse caso, o narrador é um personagem da história;
- (B) o texto mostra focalização externa, ou seja, o leitor toma conhecimento dos fatos por meio do olhar de um personagem;
- (C) o texto mostra a técnica do suspense, antecipando ações sem identificar o agente;
- (D) o fragmento mostra, em seu início, a duração dos acontecimentos de forma resumida;
- (E) há preocupação no texto em demonstrar que os fatos narrados são verdadeiros, com localização temporal e espacial.

10

Todas as alternativas abaixo mostram teses de textos argumentativos.

Entre essas teses, aquela que é mais adequada a uma defesa objetiva é:

- (A) Os habitantes de zonas tropicais mostram uma pronúncia mais relaxada das palavras devida às condições climáticas em que vivem.
- (B) A música alemã anterior ao Renascimento apresenta um grau de complexidade instrumental maior que o da música italiana da mesma época.
- (C) A música brasileira é melhor que a música argentina.
- (D) O suicídio é um ato de covardia.
- (E) Por seu temperamento relaxado, os habitantes dessas regiões são pobres.

11

Entre as frases abaixo, aquela em que o emprego da vírgula serve para mostrar modificações na ordem direta dos termos sintáticos é:

- (A) Os que sabem não falam. Os que falam não sabem. O sábio ensina através de seus atos, não de suas palavras.
- (B) Todos têm pensamentos tolos, somente os sábios os silenciam.
- (C) Tenho comigo dois deuses, Persuasão e Compulsão.
- (D) Os caminhos, os loucos os abrem e os sábios os percorrem.
- (E) Nada permanece, exceto a mudança.

12

Muitos livros apontam o hábito de preferirem-se palavras extensas, de muitas letras, dando impressão de cultura, em lugar de outras mais breves e adequadas. Nas frases abaixo foram empregadas essas palavras longas, para as quais foram propostas palavras substitutas.

A frase em que a substituição foi inadequada é:

- (A) Depois de haver complementado o serviço militar, Vinícius voltou a seu trabalho anterior. / completado;
- (B) A climatologia do país é bastante variável e afasta os visitantes. / O clima;
- (C) Explicou a anedota contada com a única finalidade de exibir conhecimento. / o único fim;
- (D) Se queremos aprovar-nos nos exames para motorista, não esqueçamos a obrigatoriedade de parar diante de sinal vermelho. / obrigação;
- (E) Esses funcionários têm a obrigação de recepcionar os clientes japoneses. / receptor.

13

Na frase “No futuro, um computador poderá analisar situações novas e aprender com suas próprias experiências”, se quisermos destacar a última frase – aprender com suas próprias experiências –, uma maneira adequada de fazê-lo é:

- (A) No futuro, um computador poderá aprender com suas próprias experiências e analisar situações novas.
- (B) No futuro, um computador poderá analisar situações novas e também aprender com suas próprias experiências.
- (C) No futuro, um computador poderá analisar situações novas e aprender, ainda assim, com suas próprias experiências.
- (D) No futuro, um computador poderá analisar situações novas e até aprender com suas próprias experiências.
- (E) No futuro, um computador poderá analisar situações novas e apesar disso aprender com suas próprias experiências.

14

A frase em que o verbo *ser* está incorretamente empregado no que diz respeito à flexão de número (singular/plural) é:

- (A) Tragédias é coisa em que não penso.
- (B) Quantos são hoje do mês.
- (C) Hoje é 28 de agosto.
- (D) Que dia foi ontem?
- (E) Era uma vez dois cachorros...

15

Todas as frases abaixo contêm o verbo “ter”.

A alternativa em que se propõe uma substituição adequada para esse verbo é:

- (A) Desde que a comissão se opôs aos planos da diretoria, elas não têm boas relações. / mantêm;
- (B) O gerente não queria ter a responsabilidade de despedir vinte funcionários. / exercer;
- (C) Meu filho mais velho tem um cargo importante numa empresa multinacional. / desempenha;
- (D) O Código de Hamurabi tem duzentas e oitenta e duas leis. / dispõe de;
- (E) O hotel em que ficaram hospedados os ministros tem todos os serviços necessários. / mostra.

16

Observe o seguinte fragmento narrativo, retirado do livro *A Morte e a Morte de Quincas Berro D'água*, de Jorge Amado.

“Procurou onde sentar. Tudo que havia, além do catre, era um caixão de querosene vazio. Vanda o pôs de pé, soprou a poeira, sentou-se. Quanto tempo demoraria o médico a chegar? E Leonardo? Imaginou o marido cheio de dedos na repartição, explicando ao chefe a inesperada morte do sogro.”

Como todo texto narrativo, esse também mostra ações ou acontecimentos em sequência cronológica.

As duas formas abaixo que mostram esse tipo de sequência são:

- (A) procurou / sentar;
- (B) havia / era;
- (C) pôs / soprou;
- (D) demoraria / chegar;
- (E) imaginou / explicando.

17

Em todas as opções abaixo – retiradas do livro *Temas de Hoje*, de Carmen Alborch – foi feita a substituição do pronome sublinhado por uma expressão nominal precedida de demonstrativo.

A alternativa em que a substituição foi feita de forma semanticamente adequada é:

- (A) A marca mais característica da língua barroca foi o emprego sistemático e repetido de cultismos. Mas nisso também não fez mais do que extremar uma tendência já estabelecida. / nessa mania;
- (B) Tratava-se, portanto, de um círculo em que existia uma absoluta liberdade de pensamento e de expressão. Um grupo que se manteve unido por laços afetivos e pela inteligente entrega à arte. Isso é o que mostram suas obras. / Essa inteligência;
- (C) Por que preocupa tanto a mulher que não parece disposta a casar-se? Porque tal decisão é percebida como uma ameaça: se escolhe não casar-se se supõe que durante toda a sua vida será independente econômica, sexual e socialmente. Isso cria preocupação nos pais, que pensam que ninguém vai cuidar dela. / Essa opção;
- (D) Uma grande diferença entre o século atual e os precedentes é a existência de muito mais jovens cuja preocupação não consiste em achar um marido, mas de encontrarem-se a si mesmas. É como se tivéssemos decidido que a felicidade é mais importante que a resignação, que é melhor viver rodeadas de amor e de afetos, mas que isso não se identifica necessariamente com o matrimônio. / essa identificação;
- (E) Nessa época surgiu um grupo importante de mulheres que tiveram a possibilidade de receber uma educação que daria o aparecimento da primeira investigadora, a primeira arquiteta, a primeira catedrática. Para que isso se produzisse foi decisivo o interesse dos pais em fomentar o gosto pelo estudo. / esse fomento.

18

Todas as frases abaixo trazem preposições em sua construção.

A única frase em que a preposição sublinhada foi usada corretamente é:

- (A) Todos os políticos nos encontramos contra o raio de ação de campanhas populares.
- (B) Os assaltantes não só levaram todas as joias da vitrine como atiraram sobre o gerente da loja.
- (C) As partidas que mais atraíam o público torcedor eram aquelas em que se enfrentavam Vasco e Flamengo.
- (D) No início a ideia principal era de incrementar a participação de todos nas decisões escolares.
- (E) Nos países do Terceiro Mundo – na África de forma especial –, o número de afetados de Aids aumenta dia a dia.

19

A alternativa em que ambos os vocábulo deveriam ter acento gráfico (propositalmente os vocábulo aparecem sem acento) é:

- (A) interim / ideia;
- (B) infimo / joia;
- (C) prototipo / carater;
- (D) decano / coroneis;
- (E) proprio / ameixa.

20

Observe o texto a seguir – uma explicação no capítulo introdutório de um livro de ensino de genética.

“Este capítulo apresenta um panorama geral da Genética, em forma de orientação para o resto do livro. Trataremos primeiro sobre certas generalidades dos genes, sua herança e a maneira pela qual interação com o meio ambiente. Descobriremos a seguir o procedimento peculiar pelo qual os geneticistas reconhecem genes específicos. Por último, examinaremos de que formas distintas se afetam a genética e a sociedade humana.”

Nesse caso, o texto se organiza:

- (A) por meio de uma enumeração de conteúdos, sem ordem fixa;
- (B) de modo a servir de orientação para os leitores;
- (C) como resumo de um conteúdo já expresso;
- (D) com destaques indicando o que é mais importante;
- (E) através da explicação de conteúdos.

Legislação Especial, Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Ética no Serviço Público

21

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, órgão superior do Poder Judiciário do Estado, tem sede na capital e jurisdição em todo o território fluminense.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que eleger o diretor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro é uma competência do(a):

- (A) Conselho da Magistratura;
- (B) Escola da Magistratura;
- (C) Órgão Especial;
- (D) Tribunal Pleno;
- (E) Presidência.

22

Caio, que possui ensino superior completo em engenharia, pretende se inscrever em concurso público a ser realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 9.748/2022, é correto afirmar que, observados os demais requisitos legais, Caio poderá ocupar o(s) cargo(s) público(s) de:

- (A) analista judiciário, técnico de atividade judiciária e analista judiciário especialidade execução de mandados;
- (B) técnico de atividade judiciária e analista judiciário especialidade execução de mandados, apenas;
- (C) analista judiciário e analista judiciário especialidade execução de mandados, apenas;
- (D) analista judiciário e técnico de atividade judiciária, apenas;
- (E) técnico de atividade judiciária, apenas.

23

Caberá ao Tribunal de Justiça estabelecer a localização, denominação e competência das unidades jurisdicionais, especializá-las em qualquer matéria e, ainda, transferir sua sede de um município para o outro, de acordo com a conveniência do Poder Judiciário e a necessidade de agilização da prestação jurisdicional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 10.633/2024, é correto afirmar que a instalação, classificação, funcionamento, desdobramento, agregação, alteração e extinção das unidades jurisdicionais depende de resolução do Tribunal de Justiça, que observará:

- (A) a extensão territorial, o número de habitantes e de eleitores, a receita tributária e não tributária, o movimento forense e os benefícios de ordem funcional e operacional em relação aos custos da descentralização territorial ou concentração da unidade jurisdicional;
- (B) o número de cidadãos, o número de processos distribuídos anualmente e os benefícios de ordem funcional e operacional em relação aos custos da descentralização territorial ou concentração da unidade jurisdicional;
- (C) a extensão territorial, o número de habitantes e de eleitores, a receita tributária e não tributária e o número de processos distribuídos anualmente;
- (D) a extensão territorial, o número de habitantes e de eleitores, a receita tributária e não tributária e o movimento forense;
- (E) o número de cidadãos, a receita tributária e não tributária e o movimento forense.

24

Nos termos da legislação de regência, a função correicional consiste na orientação e controle permanentes sobre os serviços judiciais e auxiliares.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) o chefe de serventia apresentará ao juiz em exercício na unidade, em 10 dias da assunção no serviço judicial, relatório circunstanciado acerca do estado da serventia, acompanhado de plano de ação específico para sanar os problemas identificados, se for o caso;
- (B) as correições extraordinárias serão determinadas pelo corregedor-geral de justiça, a requerimento fundamentado de qualquer juiz em exercício nas unidades judiciais ou administrativas e terceiros interessados, vedada a atuação oficiosa;
- (C) os juízes removidos poderão, a seu critério, realizar inspeção em suas serventias, utilizando modelo de relatório respectivo, no prazo de 60 dias, a contar da data em que entraram em efetivo exercício;
- (D) as correições extraordinárias demandam prévio aviso e sua presidência poderá ser delegada aos juízes auxiliares da Corregedoria ou aos juízes dirigentes dos Núcleos Regionais;
- (E) os juízes de direito titulares ou em exercício presidirão as inspeções nos respectivos juízos, salvo determinação em contrário do corregedor-geral de justiça.

25

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi assinada pelo Brasil em 30 de março de 2007, tendo sido posteriormente ratificada e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.

O *status* da referida convenção internacional no ordenamento pátrio é de:

- (A) norma constitucional;
- (B) norma supralegal;
- (C) lei complementar;
- (D) lei ordinária;
- (E) decreto.

26

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) assegura o direito à participação na vida pública e política a todas as pessoas com deficiência, objetivando oferecer a elas a oportunidade de exercer esse direito em igualdade de condições. Entre as ações previstas para alcançar esse objetivo, encontra(m)-se:

- (A) a criação de seções eleitorais exclusivas para pessoas com deficiência;
- (B) a permissão para que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por acompanhante;
- (C) benefícios fiscais para partidos políticos que incentivarem candidaturas de pessoas com deficiência;
- (D) a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos legislativos municipal, estadual e federal;
- (E) a previsão de que até 5% do Fundo Eleitoral de Campanha seja destinado às candidaturas de pessoas com deficiência.

27

A Lei nº 10.048/2000 estabelece o direito ao atendimento prioritário para determinados grupos de pessoas, incluindo:

- (A) diabéticos;
- (B) lactantes;
- (C) doadores de órgãos;
- (D) pessoas com câncer;
- (E) pessoas com crianças de até três anos.

28

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), os Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência têm competência para:

- (A) multar empresas de transporte público em descumprimento da lei;
- (B) definir percentuais de reajustes dos benefícios recebidos por pessoas com deficiência;
- (C) receber notificações sobre casos de violência praticada contra pessoas com deficiência;
- (D) inspecionar projetos de habitação popular para assegurar cumprimento de regras de acessibilidade;
- (E) investigar universidades públicas em caso de descumprimento da cota de vagas para pessoas com deficiência.

29

João é empregado da sociedade empresária Alfa, com personalidade jurídica de direito privado e fins lucrativos, que recebe subvenções do Estado Sigma para a realização de uma finalidade de interesse público. A partir de apuração interna, constatou-se que João estaria envolvido no desvio de parte dos recursos públicos recebidos. Por tal razão, os dirigentes de Alfa comunicaram o ocorrido ao Estado Sigma e ao Ministério Público visando à possível responsabilização de João pela prática de ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992.

Na situação descrita, é correto afirmar que João:

- (A) pode ser responsabilizado caso seja demonstrado o dolo ou a culpa na prática da conduta que lhe é atribuída;
- (B) não pode ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa por não ser agente público;
- (C) pode ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa caso tenha anuído com essa possibilidade ao ser admitido por Alfa;
- (D) deve ter sua conduta enquadrada na tipologia dos atos atentatórios aos princípios regentes da atividade estatal, previstos na Lei nº 8.429/1992;
- (E) pode ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa, o que exige a voluntariedade e a consciência do agir, de modo a alcançar o fim ilícito.

30

A sociedade empresária Sigma saiu-se vencedora em licitação organizada pelo Município Delta. Após a adjudicação do objeto do contrato, descobriu-se que Sigma agira em conluio com as demais sociedades empresárias que participaram da licitação, frustrando o seu caráter competitivo. Ao tomar conhecimento do ocorrido, o secretário municipal com atribuição na matéria solicitou que a Procuradoria do Município Delta analisasse a sistemática a ser observada para a aplicação da Lei nº 12.846/2013 ao caso concreto.

Foi corretamente esclarecido, em relação à aplicação do referido diploma normativo, que:

- (A) é necessária a demonstração do elemento subjetivo do agir de Sigma;
- (B) pressupõe a demonstração de prejuízo financeiro para Delta, não bastando a afronta ao caráter competitivo da licitação;
- (C) deve ser utilizada a tipologia dos atos atentatórios à administração pública tanto na responsabilização administrativa como na cível;
- (D) deve ser aplicado no âmbito de um processo judicial, não administrativo, sendo reconhecida a legitimidade ativa tanto do Ministério Público quanto de Delta;
- (E) devem ser aplicadas as sanções cominadas caso seja demonstrada a prática do ilícito, sendo vedada a consensualidade por se tratar de direito indisponível.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro pretende realizar pequenos serviços de engenharia no fórum da Comarca de Maricá, para melhorar a estrutura da referida repartição pública.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a licitação será:

- (A) dispensável, desde que a contratação envolva valores inferiores a R\$ 200.000,00;
- (B) dispensável, desde que a contratação envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00;
- (C) inexigível, desde que a contratação envolva valores inferiores a R\$ 200.000,00;
- (D) inexigível, desde que a contratação envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00;
- (E) exigível, independentemente do valor da contratação.

32

Uma licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

À luz desse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.
- II. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei, opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.
- III. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

33

Após ser aprovado em concurso público de provas e títulos, Caio passou a ocupar um cargo junto ao órgão público Alfa, no interior da estrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Por sua vez, Maria exerce função de confiança na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante sobre as técnicas de organização administrativa, é correto afirmar que o órgão público Alfa e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro são fruto:

- (A) da descentralização administrativa e da desconcentração administrativa, respectivamente;
- (B) da desconcentração administrativa e da descentralização administrativa, respectivamente;
- (C) da combinação entre a desconcentração administrativa e a descentralização administrativa;
- (D) da descentralização administrativa;
- (E) da desconcentração administrativa.

34

A sociedade empresária Alfa iniciou a construção irregular de determinado prédio ao lado do fórum da Comarca de Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro, sem a observância das formalidades legais. Registre-se que há risco iminente à segurança da coletividade, pois as normas técnicas atinentes à construção não estão sendo observadas pela referida entidade privada, sendo certo que a Defesa Civil municipal emitiu laudo concluindo que a estrutura construída pode entrar em colapso a qualquer momento e desabar sobre as pessoas que trafegam pela calçada.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que o poder público municipal:

- (A) poderá demolir a construção irregular independentemente de autorização judicial, em razão da presunção absoluta de legitimidade dos atos administrativos;
- (B) poderá demolir a construção irregular independentemente de autorização judicial, em razão da presunção absoluta de veracidade dos atos administrativos;
- (C) poderá demolir a construção irregular independentemente de autorização judicial, em razão da autoexecutoriedade dos atos administrativos;
- (D) não poderá demolir a construção irregular sem autorização da Câmara de Vereadores do Município de Rio das Ostras;
- (E) não poderá demolir a construção irregular sem autorização judicial.

35

João e Caio, deputados federais, demonstraram interesse na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, visando à apuração de determinada fraude, com repercussão nacional, praticada pela sociedade empresária Alfa, sediada no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito poderá ser criada, observados os demais requisitos constitucionais, mediante requerimento de:

- (A) um sexto dos membros da Câmara dos Deputados, sendo certo que suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, para fins de promoção de responsabilidade civil ou criminal dos infratores;
- (B) um terço dos membros da Câmara dos Deputados, sendo certo que suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, para fins de promoção de responsabilidade civil ou criminal dos infratores;
- (C) um terço dos membros da Câmara dos Deputados, sendo certo que suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, para fins de promoção de responsabilidade civil ou criminal dos infratores;
- (D) João e Caio em conjunto, sendo certo que suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Poder Judiciário, para fins de promoção de responsabilidade civil ou criminal dos infratores;
- (E) João e Caio em conjunto, sendo certo que suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, para fins de promoção de responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

36

José permaneceu preso por erro judiciário imputado à Justiça do Estado Alfa. Por outro lado, Caio permaneceu preso além do tempo fixado na sentença, no âmbito do referido ente federativo. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o Estado Alfa:

- (A) não indenizará José, ainda que tenha ocorrido erro judiciário, tampouco Caio, mesmo tendo ele permanecido preso além do tempo fixado na sentença, salvo se restar demonstrado, de forma cabal, que os eventos são provenientes de condutas graves e dolosas imputadas a agentes públicos;
- (B) não indenizará José, ainda que tenha ocorrido erro judiciário, tampouco Caio, mesmo tendo ele permanecido preso além do tempo fixado na sentença;
- (C) indenizará Caio, por ter permanecido preso além do tempo fixado na sentença, mas não José, ainda que tenha ocorrido erro judiciário;
- (D) indenizará José, em razão do erro judiciário, mas não Caio, ainda que ele tenha permanecido preso além do tempo fixado na sentença;
- (E) indenizará José, em razão do erro judiciário, e Caio, por ter permanecido preso além do tempo fixado na sentença.

37

Os órgãos públicos competentes, no Município do Rio de Janeiro, interditarão o estabelecimento comercial Alfa, em razão da comercialização de bebidas alcoólicas falsificadas.

Nesse cenário, considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e o entendimento doutrinário prevalecente, é correto afirmar que a interdição do estabelecimento comercial Alfa é uma manifestação do poder:

- (A) disciplinar, cujo exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial;
- (B) de polícia, cujo exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial;
- (C) disciplinar, cujo exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social público que prestem serviço público em regime concorrencial;
- (D) de polícia, cujo exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social público que prestem serviço público em regime concorrencial;
- (E) de polícia, cujo exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta ou do mercado de capitais.

38

João, brasileiro, constatou que a falta de norma regulamentadora está impedindo o exercício dos seus direitos e liberdades constitucionais inerentes à cidadania. Diante disso, o particular buscou analisar o texto constitucional em busca de opções para sanar a situação posta.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que João:

- (A) não poderá ingressar, em juízo, com ação judicial, devendo aguardar a edição, pelo Congresso Nacional, da norma regulamentadora, de forma a exercer seus direitos e liberdades constitucionais inerentes à cidadania;
- (B) não poderá ingressar, em juízo, com ação judicial, devendo aguardar a edição, pelo Poder Executivo, da norma regulamentadora, de forma a exercer seus direitos e liberdades constitucionais inerentes à cidadania;
- (C) poderá ingressar, em juízo, com um mandado de injunção, visando ao exercício de seus direitos e liberdades constitucionais inerentes à cidadania;
- (D) poderá ingressar, em juízo, com um mandado de segurança, visando ao exercício de seus direitos e liberdades constitucionais inerentes à cidadania;
- (E) poderá ingressar, em juízo, com uma ação popular, visando ao exercício de seus direitos e liberdades constitucionais inerentes à cidadania.

39

A associação não governamental Alfa tem por objeto o desenvolvimento de projetos culturais em prol de determinado grupo representativo da sociedade brasileira. A partir de provas colhidas em investigação criminal, constatou-se que Alfa vinha sendo sistematicamente utilizada para a prática de infrações penais. Em razão desse fato, instaurou-se um debate, junto aos poderes constituídos de distintos níveis federativos, em relação à possibilidade, ou não, de ser obstado o funcionamento de Alfa.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que:

- (A) pode ser promovida a dissolução compulsória de Alfa, o que exige decisão judicial transitada em julgado;
- (B) é vedada a dissolução de Alfa, por decisão judicial ou administrativa, considerando que a liberdade de associação é um direito fundamental;
- (C) é possível a suspensão das atividades de Alfa por decisão judicial, até que seja regularizada a sua representatividade, mas não a sua dissolução;
- (D) pode ser revogada a autorização de funcionamento concedida pelo município no qual Alfa está situada, por se tratar de matéria de interesse local;
- (E) pode ser interrompida a atuação de Alfa, caso seja demonstrada a sua atividade ilícita, em processo administrativo no qual seja assegurada a ampla defesa.

40

João, juiz de direito titular do juízo único da Comarca Alfa, ao apreciar ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual em defesa do meio ambiente, visando a obstar o despejo de resíduos sólidos no principal rio da região, proferiu sentença que desagradou às oligarquias locais, gerando muitas críticas. No bojo dessas críticas, foi alardeado que seria formulado um pedido de remoção compulsória desse magistrado. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João:

- (A) somente pode ser removido voluntariamente;
- (B) somente pode ser removido após completar o biênio de atuação na Comarca Alfa;
- (C) pode ser removido compulsoriamente mediante decisão fundamentada do presidente do Tribunal de Justiça;
- (D) pode ser removido por interesse público, o que pressupõe decisão tomada pelo voto da maioria absoluta de um dos órgãos competentes, assegurada a ampla defesa;
- (E) pode ser removido compulsoriamente por decisão do Conselho Nacional de Justiça, o que pressupõe o voto de dois terços dos seus membros, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

41

Joana é segurada do regime geral de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), uma autarquia federal. Em razão de divergência quanto ao valor do benefício a que fazia jus, Joana cogitou ingressar com ação judicial em face do INSS perante o juízo estadual da Comarca Alfa, na qual é domiciliada, situada no interior do Estado Delta.

Na situação descrita, é correto afirmar que a causa:

- (A) somente pode ser ajuizada perante a Justiça Federal, pois o INSS é uma autarquia federal;
- (B) pode ser ajuizada perante o juízo estadual, desde que Alfa não seja sede de vara federal e a lei o autorize;
- (C) pode ser ajuizada, conforme opção de Joana, perante o juízo que lhe pareça mais adequado, considerando o direito social envolvido;
- (D) deve ser ajuizada perante o juízo estadual, pois o INSS integra a Administração Pública indireta, o que não atrai a competência da Justiça Federal;
- (E) pode ser ajuizada perante o juízo estadual, desde que Alfa não seja sede de vara federal, o que decorre de permissivo constitucional que não carece de integração.

42

O prefeito do Município Alfa decidiu realizar campanha publicitária em que iria divulgar diversas realizações ocorridas durante os anos em que esteve à frente da gestão municipal. Em relação a esse tipo de campanha, analise as afirmativas a seguir.

- I. A promoção pessoal do chefe do Poder Executivo não pode conter informações inverídicas.
- II. Para o efetivo controle social, cada avanço deve ser acompanhado da individualização, com nomes ou símbolos, dos agentes responsáveis por sua realização.
- III. A campanha deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e II, apenas;
- (E) I, II e III.

43

Um jurisdicionado encaminhou representação disciplinar ao órgão competente do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, por discordar do teor da sentença proferida por Maria, juíza de direito. Na representação, que deu origem a processo disciplinar que terminou por ser arquivado, sustentou-se que Maria teria sido parcial. Irresignado com o arquivamento, o jurisdicionado cogitou submeter a matéria à reapreciação de um órgão do Poder Judiciário com competência nacional.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que esse órgão é:

- (A) o Conselho Nacional de Justiça, que pode rever a decisão de arquivamento do processo disciplinar, desde que proferida há menos de um ano;
- (B) o Supremo Tribunal Federal, que pode anular a decisão de arquivamento do processo disciplinar, desde que proferida há menos de dois anos;
- (C) o Supremo Tribunal Federal, que pode rever a decisão de arquivamento do processo disciplinar a qualquer tempo, caso seja comprovado dolo ou má-fé;
- (D) o Superior Tribunal de Justiça, que pode rever a decisão de arquivamento do processo disciplinar, enquanto não decorrido o prazo prescricional da infração disciplinar;
- (E) o Conselho Nacional de Justiça, que pode rever a decisão de arquivamento do processo disciplinar, enquanto não decorrido o prazo prescricional da infração disciplinar.

44

Em determinado processo judicial em tramitação no âmbito do juízo único da Comarca Alfa, constatou-se que a argumentação do autor estava embasada na Lei Estadual nº X (LEX). Em contestação, o Estado Sigma sustentou que a Lei Federal nº Y (LFY), ao introduzir a normatização básica a ser observada no território nacional de maneira uniforme, disciplinou a matéria em sentido diametralmente oposto ao da LEX.

O juízo competente, ao constatar que tanto a LEX como a LFY disciplinaram matéria de competência legislativa concorrente, concluiu corretamente que:

- (A) a LFY revogou a LEX;
- (B) a LFY invadiu competência reservada à LEX;
- (C) a LEX tinha invadido competência reservada à LFY;
- (D) a LEX tem preponderância sobre a LFY no território de Sigma;
- (E) tanto a LFY como a LEX estão em vigor, mas esta última não pode ser aplicada.

45

Foi editada a Lei nº X dispondo que os servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro fariam jus a determinado benefício estatutário, a ser pago em parcela única. Poucos meses depois, esse diploma normativo foi revogado pela Lei nº Y. João foi um dos poucos servidores que preencheram os requisitos exigidos, mas não requereu o recebimento do benefício em momento anterior à revogação da Lei nº X.

Na situação descrita, é correto afirmar que João:

- (A) não faz jus ao benefício, pois não o requereu enquanto a Lei nº X estava em vigor;
- (B) não faz jus ao benefício, salvo se estiver amparado pela garantia da coisa julgada;
- (C) deve ter reconhecido o seu direito adquirido caso formule requerimento à administração;
- (D) deve ter sua situação jurídica disciplinada pela Lei nº Y caso formule requerimento à administração;
- (E) não faz jus ao benefício, pois, até a formulação do requerimento, qualquer beneficiário tem apenas expectativa de direito.

46

O presidente da República editou o Decreto nº X, de modo a estabelecer os balizamentos para a fiel execução da Lei Federal nº Y. Ao analisar o teor desse ato regulamentar, um grupo de senadores entendeu terem sido desconsiderados os limites estabelecidos pela referida Lei, que teria sido frontalmente desrespeitada.

Na situação descrita, é correto afirmar que os senadores:

- (A) devem apresentar projeto de lei revogando o Decreto nº X;
- (B) podem requerer a aprovação de ato do Congresso Nacional sustando o Decreto nº X;
- (C) devem requerer que o chefe do Poder Executivo revogue o Decreto nº X, em respeito à separação dos poderes;
- (D) devem apresentar à Câmara dos Deputados requerimento de suspensão dos efeitos do Decreto nº X;
- (E) devem ajuizar denúncia por crime de responsabilidade, perante o Supremo Tribunal Federal, com pedido incidental de declaração de inconstitucionalidade do Decreto nº X.

47

No que concerne ao julgamento antecipado parcial do mérito, é correto afirmar que:

- (A) o juiz não tem a prerrogativa de efetivá-lo no procedimento comum, pois todas as questões de mérito deverão ser apreciadas na sentença;
- (B) esse julgamento tem lugar quando um ou mais dos pedidos formulados pelo autor se mostrar incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento;
- (C) a decisão proferida nesse contexto pressupõe o reconhecimento de obrigação líquida, sendo vedada a sua prolação se se tratar de obrigação ilíquida;
- (D) a decisão proferida nesse contexto é insuscetível de impugnação por qualquer via recursal típica;
- (E) a decisão proferida nesse contexto é impugnável pelo recurso de apelação.

48

Na elaboração de um contrato firmado por Ana, Bernardo e Caio, foi pactuado entre eles que qualquer demanda relativa àquela avença deveria ser dirigida contra todos os demais contratantes. Ana, percebendo a necessidade de se esclarecer uma cláusula que afetava apenas a sua posição jurídica e a de Bernardo, pretende propor uma ação.

Nesse cenário, será correto que:

- (A) se proponha a ação apenas em face de Bernardo, uma vez que o litisconsórcio necessário decorre da lei ou da existência da unitariedade da relação material controvertida;
- (B) se proponha a ação apenas em face de Bernardo, uma vez que não se admite negócio jurídico processual antes da instauração do processo;
- (C) se observe um litisconsórcio eventual, de modo que Caio só seja convocado ao processo no silêncio de Bernardo;
- (D) se observe um litisconsórcio facultativo em face de Bernardo e Caio;
- (E) se observe um litisconsórcio necessário em face de Bernardo e Caio.

49

José propôs uma ação condenatória em face de Antônio, pedindo a quantia de R\$ 100.000,00 reais por força de um contrato de mútuo que alegadamente restou descumprido.

Citado, o réu ofereceu defesa de mérito indireta e juntou aos autos do processo um documento em que comprovava a quitação daquela obrigação.

Embora já convencido da validade desse documento, o juiz da causa intimou o autor em réplica, a qual, contudo, não foi ofertada.

Intimado pelo juiz a promover os atos e as diligências necessárias para o prosseguimento do processo em 30 dias, o autor ficou-se inerte.

Nesse cenário, agirá corretamente o juiz se:

- (A) extinguir o processo, sem resolução do mérito, por abandono da causa pelo autor;
- (B) designar audiência de instrução e julgamento para depoimento das partes;
- (C) julgar improcedente o pedido, uma vez que reconhecida pelo juiz a quitação do débito;
- (D) extinguir o processo, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual superveniente;
- (E) julgar procedente o pedido, uma vez que não houve contraditório sobre a prova do pagamento.

50

Um oficial de justiça, após se dirigir por duas vezes ao domicílio do citando, sem o encontrar, e suspeitando que este está se ocultando do ato citatório maliciosamente, intimou a sua esposa, que estava presente no local, de que no dia útil seguinte, às 18 horas, voltaria para efetuar a citação de seu marido.

No dia seguinte, na hora e local previamente designados, o réu, que estava presente, foi citado, mas não justificou os motivos de sua ausência no dia anterior.

Todavia, o réu afirmou que o juízo ao qual o oficial de justiça estava vinculado não detinha competência para o ato, pois o processo pertencia a uma comarca diversa, apesar de ser da mesma região metropolitana do domicílio do citando.

Nesse cenário, é correto afirmar que a citação se operou de forma:

- (A) ficta, por hora certa;
- (B) pessoal, e de forma válida;
- (C) real, e de forma inválida;
- (D) presumida, e de forma inválida;
- (E) ficta e anulável.

51

No que se refere à tutela provisória, é correto afirmar que:

- (A) a que é requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas;
- (B) somente pode ser modificada ou revogada após o trânsito em julgado da sentença que com ela seja incompatível;
- (C) deve se fundar apenas na urgência do quadro fático narrado na petição inicial;
- (D) sua concessão é vedada em feitos nos quais se adote o procedimento comum;
- (E) a decisão que a indefere é impugnável por agravo de instrumento, sendo, por sua vez, a decisão que a defere insuscetível de impugnação por qualquer via recursal típica.

52

Por não ter comparecido a uma audiência prévia de autocomposição designada pelo juiz da causa, foi o autor apenado com uma multa de 2% sobre o valor da causa.

Todavia, após a regular instrução do processo, sobreveio sentença que julgou procedente o pedido, reconhecendo como verdadeiras as alegações do autor quanto ao direito material alegado.

Partindo-se da premissa de que a multa aplicada não integra o mérito do processo, e que ainda flui o prazo regular de interposição de recurso quanto a este último pronunciamento judicial, é correto afirmar que o autor:

- (A) poderá interpor apelação para reformar a sentença de procedência do pedido;
- (B) não poderá interpor apelação, por ausência de sucumbência e interesse em recorrer;
- (C) poderá interpor agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que fixou a multa;
- (D) poderá interpor apelação para reformar a decisão interlocutória que fixou a multa;
- (E) não precisará interpor recurso algum, uma vez que a multa é logicamente cancelada pela procedência do pedido.

53

Em um determinado feito, o órgão do Ministério Público, que ali atuava como fiscal da ordem jurídica, depois de ter sido intimado da sentença que havia rejeitado o pedido formulado pelo autor – uma criança de 10 anos –, interpôs recurso de apelação, por entender que o ato decisório em questão padecia de *error in iudicando*.

A peça recursal foi protocolada pelo órgão ministerial depois de transcorridos 25 dias úteis de sua regular intimação. A parte autora, por sua vez, não interpôs nenhum recurso.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) os autos deverão subir ao tribunal, cabendo ao seu órgão fracionário julgar o mérito da apelação, como entender de direito;
- (B) o órgão *a quo* deverá concluir pela intempestividade do apelo ministerial, o que, porém, não obstará a subida dos autos ao tribunal;
- (C) o órgão *a quo* deverá concluir pela falta de legitimidade recursal do *Parquet*, o que, porém, não obstará a subida dos autos ao tribunal;
- (D) o órgão *a quo* deverá concluir pela intempestividade do apelo ministerial, cabendo-lhe, na sequência, impedir a subida dos autos ao tribunal;
- (E) os autos deverão subir ao tribunal, devendo o relator da apelação determinar a intimação do demandante para ratificar as razões recursais do *Parquet*.

54

No curso de um processo em cujos polos ativo e passivo figuravam, respectivamente, André e Bruno, este procedeu, a título particular, à alienação da coisa litigiosa.

Na sequência, Carlos, o adquirente da coisa, requereu o seu ingresso no feito, ocupando o lugar de Bruno, com o que concordou André, quando intimado para se manifestar a respeito.

Nesse contexto, o juiz da causa deverá:

- (A) indeferir o ingresso de Carlos no polo passivo do feito, já que a alienação da coisa litigiosa, por ato entre vivos e a título particular, não altera a legitimidade das partes;
- (B) indeferir o ingresso de Carlos no polo passivo do feito, podendo, contudo, deferir a sua participação como assistente litisconsorcial de Bruno;
- (C) indeferir o ingresso de Carlos no polo passivo do feito, podendo, contudo, deferir a sua participação como assistente simples de Bruno;
- (D) deferir o ingresso de Carlos no polo passivo do feito, como sucessor processual de Bruno;
- (E) deferir o ingresso de Carlos no polo passivo do feito, como substituto processual de Bruno.

55

Ronaldo teve seu domicílio violado por agentes públicos que nele adentraram para recolher provas em investigação policial, sem o devido mandado judicial, não sendo o caso de flagrante delito. Na casa de Ronaldo foram apreendidos documentos que se juntaram à investigação, os quais subsidiaram o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público em face de Ronaldo.

Diante desse cenário, levando-se em conta as garantias constitucionais aplicáveis ao processo penal, é correto afirmar que a denúncia deve ser:

- (A) recebida pelo juízo, pois não há ilicitude probatória, tampouco violação a garantias constitucionais;
- (B) rejeitada pelo juízo, pois há violação à garantia constitucional do contraditório;
- (C) rejeitada pelo juízo, pois há violação às garantias constitucionais da presunção de inocência e da ampla defesa;
- (D) recebida pelo juízo, pois não há provas ilícitas ou ilegítimas, mas, sim, estrito cumprimento de dever legal;
- (E) rejeitada pelo juízo, pois há ilicitude probatória em razão da ofensa à garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio.

56

Em processo de competência do Tribunal do Júri, durante a instrução em plenário, um dos jurados ficou com uma dúvida após o depoimento do ofendido, desejando obter esclarecimentos deste.

Nesse caso, o juiz presidente deverá:

- (A) permitir que o jurado formule perguntas ao ofendido, podendo fazê-lo diretamente;
- (B) recusar o pedido do jurado de formular perguntas, pois ao jurado não é permitido perguntar;
- (C) permitir que o jurado formule perguntas ao ofendido, desde que o faça por seu intermédio;
- (D) recusar o pedido do jurado de formular perguntas ao ofendido, pois o jurado somente pode formular perguntas às testemunhas;
- (E) permitir que o jurado formule perguntas ao ofendido, desde que haja concordância do Ministério Público e da defesa técnica.

57

Em ação penal movida pelo Ministério Público em face de Parmênides pela prática do crime de estelionato contra Heráclito, este já havia oferecido representação em face daquele, pretendendo vê-lo processado. Contudo, no curso da instrução criminal, Heráclito se retratou da representação, o que fez com que o Ministério Público desistisse da ação penal.

Diante desse cenário, à luz do que dispõe o Código de Processo Penal, é correto afirmar que o feito:

- (A) deverá ser extinto com julgamento de mérito, diante da retratação do ofendido, que extingue a punibilidade;
- (B) não poderá ser extinto, pois a ação penal, na hipótese, é pública incondicionada, não dependendo de representação;
- (C) deverá ser extinto sem julgamento de mérito, em razão da desistência do titular da ação penal;
- (D) não poderá ser extinto, pois a representação é irretratável após o oferecimento da denúncia;
- (E) deverá ser extinto com julgamento de mérito, em razão da inexistência de condição para o exercício da ação.

58

João foi condenado por sentença, em razão da prática de contravenção penal, a pena de multa de 130 dias-multa. Inconformado com a condenação, por reputá-la injusta, a esposa de João, Aline, impetrou pessoalmente *habeas corpus* em favor de seu marido visando a desconstituir a condenação.

Diante desse cenário, é correto afirmar que o *habeas corpus*:

- (A) será cabível, pois pode ser impetrado por qualquer pessoa;
- (B) não será cabível, pois necessita ser impetrado por advogado;
- (C) não será cabível, pois não há coação à liberdade de locomoção;
- (D) será cabível, desde que impetrado pelo Ministério Público;
- (E) será cabível se impetrado antes do trânsito em julgado da sentença.

59

Diego e Juan foram denunciados pelo Ministério Público em razão da prática dos crimes de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, tendo sido recebida a denúncia e determinada a citação dos denunciados. Diego não foi encontrado para ser citado pessoalmente, tendo sido citado por edital; contudo, ele constituiu advogado. Já Juan encontrava-se em local certo e sabido, tendo sido expedida carta rogatória para a sua citação.

Diante do contexto narrado, é correto afirmar que:

- (A) o curso do processo será suspenso em relação a Diego, e o curso da prescrição será interrompido em relação a Juan até o cumprimento da carta rogatória;
- (B) os cursos do processo e da prescrição não serão suspensos em relação a Diego, e o curso da prescrição será suspenso em relação a Juan até o cumprimento da carta rogatória;
- (C) os cursos do processo e da prescrição serão suspensos em relação a Diego, e o curso da prescrição será interrompido em relação a Juan até o cumprimento da carta rogatória;
- (D) o curso da prescrição será suspenso em relação a Diego, e também será suspenso o curso da prescrição em relação a Juan, neste caso até o cumprimento da carta rogatória;
- (E) o curso do processo não será suspenso em relação a Diego, e os cursos do processo e da prescrição serão interrompidos em relação a Juan até o cumprimento da carta rogatória.

60

Em procedimento no Tribunal do Júri em razão da imputação da prática do crime de homicídio cometido por Fausto, o Ministério Público requereu, durante a instrução preliminar em juízo, observados o contraditório, o devido processo legal e as regras de competência, que fosse juntado aos autos depoimento do mesmo acusado, que se encontrava em outro processo anterior, no qual Fausto também era réu e que se processou naquele mesmo juízo.

Relativamente à possibilidade, ou não, de se trasladar o referido depoimento de Fausto para o processo atual e neste ser utilizado, é correto afirmar, segundo a doutrina, que sua utilização:

- (A) será possível, em razão do princípio da comunhão das provas no processo penal;
- (B) será possível, em razão da viabilidade de se utilizar a prova emprestada no processo penal;
- (C) não será possível, por violação do princípio da fiabilidade das provas;
- (D) será possível, em razão do princípio da íntima convicção motivada do juiz;
- (E) não será possível, em razão da ilicitude probatória por derivação.

61

Marcos praticou crime de lesão corporal contra a sua esposa Denise, prevalecendo-se das relações domésticas e de coabitação. Marcos é primário; contudo, estava impedindo a execução de medida protetiva de urgência imposta pelo juiz em relação àquele crime.

Nesse caso, o juiz poderá decretar:

- (A) a prisão preventiva de Marcos para assegurar a execução da medida protetiva de urgência;
- (B) a prisão temporária de Marcos e convertê-la em prisão domiciliar;
- (C) a prisão temporária de Marcos, após o recebimento da denúncia;
- (D) a prisão temporária de Marcos, sem direito à fiança;
- (E) a prisão domiciliar de Marcos e convertê-la em prisão temporária.

62

Pitágoras foi vítima do crime de estelionato e se habilitou como assistente na ação penal que o Ministério Público ajuizou em face de Ptolomeu, o qual foi assistido pela Defensoria Pública. Ao final da instrução, o Ministério opinou pela absolvição do acusado, tendo o assistente deixado de formular pedido de condenação em suas alegações finais.

Levando-se em conta funções dos atores processuais, é correto afirmar que o juiz:

- (A) poderá condenar o acusado, a despeito de o Ministério Público ter opinado pela sua absolvição;
- (B) deverá absolver o acusado em razão da inexistência de pedidos condenatórios do Ministério Público e do assistente;
- (C) deverá absolver o acusado, pois o Ministério Público desistiu da ação penal pública;
- (D) poderá condenar o acusado se o assistente, instado para tanto, ratificar o direito de representação em juízo;
- (E) deverá absolver o acusado em razão da ocorrência da perempção do direito de queixa por parte do assistente.

63

As reclamações disciplinares e representações por excesso de prazo atribuídas a magistrados de primeiro grau serão distribuídas, exclusivamente, na Divisão de Protocolo Administrativo, Documentação e Informação (DGAPO-DIPAC) e tramitarão somente no sistema PJe Cor.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) o corregedor-geral de Justiça poderá determinar a apuração dos fatos independentemente de o reclamante complementar o defeito formal constatado no requerimento, comunicando sempre ao Conselho Nacional de Justiça a decisão de prosseguimento ou não da reclamação disciplinar;
- (B) configurada a hipótese de improcedência manifesta ou se não delineada a prática de qualquer infração disciplinar ou ilícito penal, o corregedor-geral de Justiça determinará, após a oitiva do magistrado, o arquivamento da representação disciplinar;
- (C) distribuída a reclamação disciplinar, o magistrado será notificado pelo sistema PJe Cor para, no prazo de cinco dias, prestar informações pessoalmente, na sede da Corregedoria Geral da Justiça;
- (D) na hipótese de defeito formal da representação disciplinar, poderá o corregedor-geral de Justiça determinar a sua complementação no prazo de cinco dias;
- (E) as reclamações disciplinares terão caráter público, salvo se o interesse público, devidamente justificado, exigir a imposição de sigilo.

64

Em um único dia, três diferentes ações foram distribuídas junto ao 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital/RJ, quais sejam: i) ação popular, movida em face do Estado do Rio de Janeiro; ii) mandado de segurança, impetrado em detrimento do Município do Rio de Janeiro; iii) ação indenizatória, no valor de 40 salários mínimos, ajuizada por um particular contra o Estado do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.153/2009, é correto afirmar que o 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital/RJ terá competência para processar e julgar:

- (A) a ação popular, o mandado de segurança e a ação indenizatória;
- (B) a ação popular, mas não o mandado de segurança e a ação indenizatória;
- (C) a ação indenizatória e o mandado de segurança, mas não a ação popular;
- (D) a ação indenizatória e a ação popular, mas não o mandado de segurança;
- (E) a ação indenizatória, mas não a ação popular e o mandado de segurança.

65

Ao analisar o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Matheus, servidor público no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, concluiu que a administração interna dos cartórios deverá observar os princípios da legalidade e da eficiência e será organizada segundo o padrão do processamento integrado em equipes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que a administração interna dos cartórios será exercida pelo:

- (A) juiz de direito em exercício na vara, sob a supervisão da Corregedoria Geral da Justiça;
- (B) juiz de direito em exercício na vara, sob a supervisão da Presidência do Tribunal;
- (C) oficial de justiça, sob a supervisão do juiz de direito em exercício na vara;
- (D) chefe de serventia, sob a supervisão do juiz de direito em exercício na vara;
- (E) chefe de serventia, sob a supervisão da Corregedoria Geral da Justiça.

66

Nos termos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, as serventias dos Juizados Especiais utilizarão, nas rotinas cartorárias, os modelos dos documentos extraídos do sistema informatizado do Tribunal de Justiça.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) os conciliadores terão livre acesso à serventia em que atuam, podendo, inclusive, consultar os autos de processo em que funcionam, mediante apresentação de identificação oficial e dando ciência de tudo ao chefe de serventia;
- (B) os conciliadores presidirão as audiências de conciliação ou as audiências preliminares, sob a supervisão do chefe de serventia;
- (C) os estagiários de direito previamente capacitados pela Ordem dos Advogados do Brasil poderão atuar como conciliadores;
- (D) o serventuário poderá atuar como conciliador, salvo vedação expressa da Corregedoria Geral da Justiça;
- (E) as sessões de conciliação serão gravadas, em virtude do princípio constitucional da publicidade.

67

João, servidor público no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, passou a analisar a legislação interna que versa sobre as rotinas aplicáveis às unidades judiciais em geral, visando ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que o termo de conclusão mencionará, nos processos físicos:

- (A) a matrícula do juiz; o número do feito; a data; e o nome, assinatura e matrícula do servidor;
- (B) o nome do juiz; o número do feito; a data; e o nome, assinatura e matrícula do servidor;
- (C) a matrícula do juiz; o número do feito; e a data, apenas;
- (D) o nome do juiz; e o número do feito, apenas;
- (E) o nome do juiz; e a data, apenas.

68

As equipes de processamento integrado das serventias terão atribuições básicas vinculadas às equipes de processamento, de digitação e de preparação administrativa.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) competirá ao chefe de serventia, sempre que determinado pelo juiz em exercício na vara, o monitoramento e a fiscalização da manutenção do sistema de processamento integrado em equipes;
- (B) as serventias eletrônicas ou híbridas totalmente digitalizadas ou com acervo físico residual deverão eliminar a equipe de processamento, distribuindo o serviço remanescente entre as demais equipes;
- (C) compete ao chefe de serventia organizar, a seu critério, o rodízio de atendimento ao público e entre os integrantes das diversas equipes, vedada a designação de estagiários para a tarefa;
- (D) estão dispensados do processamento integrado os cartórios com menos de seis servidores, vedada, em todos os casos a organização de bancas por numeração de processos;
- (E) caberá ao chefe de serventia organizar as atribuições das equipes de acordo com os locais virtuais, em relação aos processos eletrônicos.

69

As serventias judiciais afixarão, em local visível e que facilite o acesso e a leitura pelos interessados, quadro de, no mínimo, 1,00 m x 0,50 m, contendo as tabelas publicadas anualmente pela Corregedoria Geral da Justiça, com os valores de custas ou emolumentos correspondentes a cada ato, atualizados e expressos em moeda corrente.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) o serventuário deverá certificar o correto recolhimento de custas e taxa judiciária, indicando, de imediato, eventuais valores faltantes. Incorrendo em dúvida, deverá fundamentá-la e submetê-la à apreciação do chefe de serventia, a quem incumbirá a análise da incidência e do recolhimento das verbas no caso concreto;
- (B) constitui falta de natureza média o servidor remunerado pelos cofres públicos receber diretamente importância destinada ao pagamento de custas, emolumentos e taxa judiciária, salvo expressa determinação legal;
- (C) o recolhimento de custas, emolumentos, taxa judiciária e acréscimos legais devidos em caso de paralisação total ou parcial da instituição bancária será feito em até cinco dias após a normalização do serviço;
- (D) devem ser observados, por todos os serventuários, os atos administrativos relativos a custas, editados pelo Tribunal de Justiça e pela Corregedoria Geral da Justiça;
- (E) as custas devidas deverão ser pagas posteriormente à prática do respectivo ato, salvo determinação legal em sentido contrário.

70

Após tomar posse em um cargo público no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Lucas passou a atuar no Juizado Especial Criminal da capital. Diante disso, o referido servidor se dedicou ao estudo das rotinas aplicáveis às referidas serventias.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) obtido acordo civil, renúncia ao direito de representação, de queixa ou suspensão condicional do processo em audiência preliminar, o chefe de serventia fará os autos conclusos ao juiz em 24 horas, para prolação de sentença;
- (B) imposta a sanção através de transação penal, o atendimento das obrigações estabelecidas deverá ser observado, fazendo os autos conclusos ao Ministério Público em caso de descumprimento;
- (C) quando a vítima comparecer ao cartório, o chefe de serventia deverá certificar tal fato nos autos, dando ciência do lapso do prazo prescricional de representação ou de queixa, se for o caso;
- (D) sempre que não for possível a realização de qualquer audiência, o chefe de serventia deverá dar ciência imediata, intimando os presentes da nova data designada para o ato;
- (E) os atos de intimação serão feitos pessoalmente, vedado o emprego de aplicativo de mensagens.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

